

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

# **Uma aproximação preliminar do movimento indígena-popular boliviano.**

Vamberto Fernandes Spinelli Júnior.

Cita:

Vamberto Fernandes Spinelli Júnior (2009). *Uma aproximação preliminar do movimento indígena-popular boliviano. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1585>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

# **Uma aproximação preliminar do movimento indígena-popular boliviano**

***Vamberto Fernandes Spinelli Júnior***

*Doutorando PPGS – Universidade Federal de Pernambuco*

*vspinellij@yahoo.com.br*

## **Introdução**

Desde o início da última década países da América Latina vêm experimentando conflitos sociais engendrados por setores historicamente subalternizados que têm posto em xeque reformas estruturais e institucionalidades democráticas que vinham se forjando desde o prisma neoliberal. Esses conflitos têm aberto o horizonte para a experimentação de condições que podem se converter num alargamento dos processos democráticos no continente. Nesse contexto os movimentos sociais jogam um papel central.

Muitos estudiosos dos movimentos latino-americanos têm interpretado essa situação como resultante do impacto da implantação do “modelo neoliberal” como paradigma político, econômico e cultural; impacto que em muitas conjunturas assume um caráter impulsionador de renovados fluxos movimentistas, e corresponde à precarização mais acentuada das condições de vida de

grandes contingentes da população e a um crescente esvaziamento de legitimidade das democracias pós-regimes ditatorial nos países do continente (MIRZA, 2006).

O desdobramento de políticas de reforma estrutural agravou problemas sociais e foi fundamental para o surgimento de novos conflitos e movimentos que assumem a feição de novos protagonistas. Estes passam a ocupar, em muitos países latino-americanos, uma presença mais freqüente na cena pública e a se constituir como interlocutores imprescindíveis para que a estabilidade política possível seja assegurada.

Tem-se afirmado que o novo resulta do deslocamento de certa centralidade que o movimento sindical assumia enquanto protagonista das lutas sociais, e, por outro lado, do surgimento ou retomada de problemáticas como a exclusão dos povos indígenas, que adquire uma nova relevância.

Tornar-se uma exigência imperativa para cientistas sociais do continente responder quais as “novidades” que surgem na configuração dos movimentos, que papel eles jogam no atual contexto sócio-político, econômico e cultural latino-americano e qual a melhor forma de analisá-los.

Nossa preocupação incorpora as inquietações acima, e incide, de maneira mais particular, na apreensão da dinâmica do *movimento indígena-popular boliviano* desde a cidade de El Alto. Esse texto objetiva uma preliminar discussão sobre a configuração do movimento em questão sob a luz de categorias analítica que queremos propor para o estudo. Em breve teremos a oportunidade de aprofundar as “intuições” que aqui delimitamos.

### **El Alto e o poder vicinal**

El Alto possui uma larga história de lutas sociais e é uma das cidades bolivianas mais importantes com características aimarás, presentes na sua constituição demográfica, social, cultural, política, lingüística, e urbanística (RAMIREZ, 2003). Entre os anos 1976 e 1986, a cidade apresentou crescimento vertiginoso, resultante da migração de camponeses do altiplano norte boliviano como conseqüência de adversidades ambientais, e da demissão massiva de trabalhadores das minas de estanho em 1985. Hoje a cidade conta com uma população numerosa que articula formas organizativas e comunitárias de matriz andina (FLORES, 2007).

É evidente no canário urbano a existência de um persistente laço dos residentes com sua comunidade camponesa-indígena de origem. Parte significativa da população de El Alto não rompeu com suas comunidades e nem pretendem deixar suas terras no altiplano. Nesse sentido, segundo Flores (2007, p. 28) há a “recriação de um *hábitus* camponês na cidade” e um “dos principais elementos culturais que marcam a continuidade é o parentesco, como a base da unidade econômica”.

Essa continuidade, por sua vez, sofre uma “atualização” no contexto urbano de carências de acesso a serviços e infra-estrutura básica, e pelas exigências de “adaptação” sócio-cultural para produção e reprodução coletiva; disso resulta uma presença significativa de formas de sociabilidade de caráter comunitário e urbano, o que consiste numa chave para entendermos o *poder vicinal*, isto é, um conjunto de práticas articulatórias estruturadas como redes de sociabilidade que se estende no nível territorial e dão suporte a processos mobilizatórios e instâncias organizativas com as Juntas de Vizinhos, se constituindo com uma força social, cultural e política capaz de interferências significativas no jogo político dentro da própria cidade, bem como para além dos seus limites territoriais.

Cabe ressaltar que os processos de organização política em El Alto são antigos, todavia seu caráter mais orgânico data do final da década de 1950, quando se expande a criação de Juntas de Vizinhos pelas diversas zonas/vilas/bairros. A falta de serviços favoreceu a organização da população para consegui-los (FLORES, 2007).

As organizações de vizinhos de El Alto primeiro fizeram parte da FEJUVE de La Paz, mas em 1957 formaram o Conselho Central de Vizinhos, e depois, buscando maior autonomia, criaram a FEJUVE de El Alto (LINERA, 2008a). As Juntas de vizinhos foram assumindo várias responsabilidades e adquirindo grande importância em cada bairro/zona/vila e foram se configurando de tal maneira que se pode falar em “governos locais”.

Até a década de 1980, as Juntas de Vizinhos vinham experimentando um processo de fortalecimento política de sua organização matriz. Todavia, na década de 1990, há um importante retrocesso associado às medidas clientelísticas e de cooptação dos dirigentes de Juntas e da Federação. Flores (2007) identifica uma cisão entre dirigentes e base comunitária, resultante, dentre outros fatores, da forte incidência do partido populista CONDEPA junto às lideranças.

Cabe dizer, El Alto não se resume às Juntas de vizinhos, outras organizações relevantes podem ser citadas, como a COR local. Linera (2008a, p.592-593) destaca ainda: “os clubes de mães, organizações juvenis, centros de residentes, associações de pais, centros culturais” que “plasmam, acoplam e criam diversas identidades, constituindo-se como complicados entramados sociais”.

### **Novas articulações discursivas indígenas-populares e o Ciclo Rebelde**

Práticas movimentalistas em El Alto nunca desapareceram, todavia os anos anteriores a 2000 se caracterizam por relativa estabilidade. O marco do chamado *ciclo rebelde* é o ano 2000, mais precisamente, bloqueios de estradas no altiplano norte liderados por Felipe Quispe, em abril e setembro de 2000 (FLORES, 2007).

Esse novo ciclo rebelde não pode ser entendido sem se considerar a emergência, na Bolívia, de discursos políticos centrados no indígena que nos remete ao surgimento do katarismo nos anos de 1970 e sua posterior difusão entre líderes indígenas (FLORES, 2007; LINERA, 2008b).

Segundo Linera (2008b), no final dos anos 90 temos a emergência de um “novo ciclo indianista” e este pode ser caracterizado como “estratégia de poder”. Nesse momento se abre uma nova perspectiva discursiva, o discurso indianista antes centrado na resistência, passa a afigurar-se como “uma concepção de mundo proto-hegemônica, tentando disputar a capacidade de direção cultural e política da sociedade”.

Não é possível entender a força dos movimentos indígena-populares se não se parte da percepção de que os novos discursos indígenas operaram deslocamentos de sentido, mudaram de perspectiva no que tange às relações “de comando e obediência, de autoridade e legitimidade”, mediante “a afirmação indígena” em relação aos discursos identificados pela “condição colonial” (CAMACHO, 2009, p.6).

Queremos argumentar que o discurso centrado no indígena se configura como um projeto político-cultural que é fundamental na conformação do movimento indígena-popular boliviano, e, dessa forma, na dinâmica movimentalista na cidade de El Alto. Tomamos a noção de *projeto político-cultural* como uma articulação de referências simbólicas e estratégicas (em diálogo com Laclau e Mouffe) construída numa arena de disputa, de acordo com o curso de um conflito de caráter antagônico (SPINELLI JR, 2006).

Em El Alto, as práticas articulatórias que resultam da reelaboração discursiva do *ser indígena* foram experimentadas com vigor, sobretudo, nos eventos de outubro de 2003, no contexto daquilo que Félix Patzi chamou de “despertar da identidade”. Lembra este autor que a partir dos atos de protesto de 2000, “se pôs em vigência algo silenciado por muito tempo, o sentido de pertencimento coletivo aimará” (PATZI *apud* FLORES, 2007, p.32).

Em relação às condições de emergência das novas práticas discursivas, temos que: (1) um primeiro reconhecimento é que elas emergem num contexto de deslocamentos de sentido resultante da instabilidade vivida no país a partir de 2000, associada à precarização crescente das condições de vida das maiorias indígenas e à aplicação das medidas liberalizantes que repercutiam nas formas de manejo dos recursos naturais e territoriais. Afigurou-se como antagonico às novas práticas articulatórias, o discurso liberal modernizante em voga; Outro aspecto diz respeito à (2) perda da relevância da COB nas lutas sociais. Desde a Revolução de 1952, a COB esteve na dianteira dos processos de mobilização popular, todavia, em meados da década de 1980, pelo desmantelamento de sua base organizacional, ela passa a enfrentar seu “momento crepuscular”, e é nesse momento que o movimento indígena-popular vai insurgir-se como principal protagonista das lutas populares na Bolívia (LINERA, 2008a).

As novas práticas articulatórias indígenas ressignificaram o sentido de *ser indígena* num contexto onde circunstâncias sócio-políticas e culturais possibilitaram o desenvolvimento de antagonismos; essas práticas discursivas ganham presença no espaço político, mediante, de acordo com Laclau/Mouffe (2000, 2004), duas lógicas constitutivas, a lógica da equivalência e da diferença. Quando o discurso centrado na lógica modernizante passou mover-se num vazio de sentidos, abriu-se possibilidade de deslocamentos de sentido, e novos significados foram fixados sobre o que é *ser indígena*. Esses sentidos articulam, mediante lógica de equivalência, elementos dispostos na experiência indígena como aspectos positivos constitutivos agora das práticas movimentistas do movimento indígena-popular. O indígena agora se insurge como propositivo de um projeto societário. Essa rearticulação discursiva se põe em antagonismo ao discurso estado-modernizante neoliberal das elites bolivianas, discurso que preserva as marcas de discriminação das maiorias indígenas.

O projeto político-cultural do movimento indígena-popular boliviano põe no horizonte das lutas políticas demandas como a refundação do Estado, da democracia e a afirmação de

sociabilidades alternativas comunitárias. Por esse veio, se articulam duas demandas estratégicas que apresentaram ampla capacidade de unificação: a nacionalização dos hidrocarbonetos e a convocatória da Assembléia Constituinte. A primeira representa uma resposta mais imediata contra as políticas liberalizantes; a segunda é mais estrutural e articula a demanda de refundação do sistema político. É importante notar o projeto político-cultural articula uma posição radical que abarca não só a negação de efeitos conjunturais do neoliberalismo, mas também aspectos mais estruturais do país andino, que têm a ver com a permanência de uma condição colonial que tem lugar tanto no aparato institucional como na vida social cotidiana.

Para que o conceito de projeto político-cultural se torne útil na compreensão de práticas movimentalistas concretas, ele deve ser articulado ao campo político-cultural. O vínculo teórico que podemos estabelecer entre *projeto* e *campo político-cultural* se encontra no fato de este último possibilitar e expressão da diversidade/pluralidade interna de um movimento particular, sem que se perca a noção de unidade (SPINELLI JR, 2006).

Partindo de Laclau/Mouffe (2000, 2004), podemos tomar as referências identitárias do projeto político-cultural como *superfície de inscrição* e dessa forma, o campo pode ser pensado como a *margem dispersiva do projeto*; dispersão que não extrapola, por sua vez, certa elasticidade interna que permite que os atores de um movimento específico sejam reconhecidos com uma *unidade social*. O *projeto* representa a tendência de convergência, que pode apresentar diferentes graus no que diz respeito à coesão interna da ação coletiva; o *campo*, por sua vez, comporta a polissemia dos termos do projeto, possibilidades de significação e ação que asseguram a plasticidade do movimento. Os sujeitos auto-identificados como partes do movimento, atribuindo a si uma legitimidade própria para tanto, e portando alguma individualidade discernível analiticamente, constituem o movimento em si, na sua diversidade interna, como um *campo político-cultural*. Diante disso, argumentamos que a dinâmica movimentalista identificada em El Alto como expressão da configuração do movimento indígena-popular ocorre nos limites de um campo político-cultural.

A noção de campo permite a visualização do movimento como conformado numa dupla dinâmica interna: uma *tendência de confluência* e uma *tendência de dispersão* dos atores em movimento. Podemos explorar o sentido de dispersão em duas perspectivas: *dispersão positiva* e *negativa*. No primeiro caso, a dispersão se deve ao pluralismo interno do movimento e no segundo, resulta de uma afirmação particularista do ator em movimento.

Um *ponto nodal* na articulação do movimento indígena-popular em El Alto é a *posição de sujeito indígena-popular*, que constitui e aciona a lógica de equivalência que permite que um conjunto de diferenças sejam articuladas como positivities, como se constituindo uma pluralidade própria ao movimento, isto, no entanto, não sem conflito, já que a posição de sujeito assume o caráter de significante flutuante, quer dizer, vez que a fixação de sentidos/significados sobre o que é ser indígena-popular é sempre interpelada por um excesso de sentidos, e não só provenientes do confronto com as maneiras do discurso antagônico representar o indígena. Por outro lado, considerando-se as referências estratégicas associadas à posição indígena-popular como abarcando desde as demandas fundamentais, seus destinatários, os formatos organizativos e estruturas de mobilização internamente dispostas, vamos verificar que a dinâmica movimentalista em El Alto se configura mediante redes (que conectam a pluralidade interna através de práticas movimentalista) e como um *campo político-cultural* (abarcando a pluralidade discernível no interior do movimento).

Diante do exposto, estamos em condições de delimitar duas posições diametralmente opostas na dinâmica interna de um movimento: *posição/prática movimentalista* e *posição/prática particularista*. A primeira assegura, propriamente, a ação coletiva de movimento e expressa a tendência de confluência. Nesse caso, verifica-se uma ampla convergência entre os atores em movimento no esforço em estabelecer redes de movimentos. Já a posição particularista representa uma espécie de momento anti-movimento no interior da ação coletiva, isto é, dispersão negativa (SPINELLI JR, 2006).

As práticas movimentalistas ao mesmo tempo em que expressam a qualidade da conectividade das redes constitutivas da ação coletiva, expressam também a qualidade das práticas democráticas internamente constituídas, as modulações da sociabilidade forjada pelos atores em movimento (intra-organização, na relação “dirigente-base” e entre organizações), e as possibilidades da configuração do movimento como força sócio-política no confronto com adversários num horizonte de disputas hegemônicas. Vê-se então que o conjunto dessas práticas não tem ressonância apenas internamente ao movimento, mas também externamente, seja na disputa hegemônica com outras práticas discursivas não antagônicas no sentido de articulá-la mediante lógica de equivalência, seja no confronto com práticas discursivas antagônicas. A presença mais significativa de práticas movimentalistas, e a depender da qualidade delas, faz da ação coletiva do movimento uma força capaz de afetar efetivamente os processos democráticos de maneira estrutural, e é isso que vem ocorrendo na Bolívia contemporânea.



As novas práticas articulatórias indígenas, que serão a base do projeto político-cultural do movimento indígena-popular boliviano, são expressas nos processos organizativos e de mobilização do chamado ciclo rebelde. Em El Alto, as práticas movimentalistas de caráter vicinal são, nesse período e, sobretudo, partir dos eventos de outubro de 2003, entretidas com as novas práticas articulatórias indígenas, na conformação de um campo político-cultural caracterizado pela predominância de práticas do tipo movimentalistas que expressaram e potencializaram as redes submersas, as formas cotidianas de sociabilidades e certos formatos democráticos.

Os fatos de outubro foram objeto de reflexão de inúmeros estudiosos que ressaltaram a construção de micro-governos nos bairros, a falta de direção cúpular da rebelião e o protagonismo das redes comunitárias na organização da sublevação e a organização de espaços políticos onde se podia praticar uma democracia direta, isto é, a capacidade de organização desde baixo. Verificou-se, no entanto, que esse processo não teve continuidade quando voltou o protagonismo das entidades políticas locais (FLORES, 2007, p.34). Embora tenha havido, como não poderia ser diferente, um arrefecimento nas práticas movimentalistas se comparadas às desenvolvidas em outubro, parece permanecer na memória um fazer que pode ser acionado sempre que as condições sócio-políticas do país sinalizarem no mesmo sentido.

Depois de outubro, que resultou na queda de Sánchez de Lozada, houve um período de transição caracterizado por FLORES (2007) de “malabarismos verbais do presidente Mesa”, que elaborou uma nova Lei de Hidrocarbonetos, também rechaçada pelos alteños que exigiam a nacionalização dos recursos naturais com mobilizações extraordinárias, fazendo com que em junho de 2005, Mesa renunciasse, permitindo eleições, e fechando o ciclo rebelde.

Com a eleição de Morales em dezembro de 2005, abre-se um período que traz mudanças na dinâmica dos movimentos indígena-populares. As práticas articulatórias centradas no indígena passam a ser também desenvolvidas desde a perspectiva do Estado. De acordo com Camacho (2009, p.7): “A urgência de cumprir com o mandato das exigências dos movimentos sociais e indígenas será proporcional ao endurecimento da oposição e à resistência dos grupos e setores tradicionalmente dominantes”.

Podemos esboçar finalmente hipóteses que nortearam uma pesquisa a ser realizada brevemente. A hipótese central é a de que há uma relação entre o nível de confluência das práticas movimentalistas e as possibilidades de êxito do movimento em processar suas demandas em arenas

de conflito com agentes tidos como adversários. Quando mais elevado o nível de confluência das práticas movimentalistas de um movimento específico, em melhores condições ele se encontrará para lograr êxitos em suas demandas. Supomos que, não obstante o pluralismo interno, o movimento indígena-popular em El Alto é marcado por uma densa dinâmica de confluência dos seus atores internos, dentre outros motivos, pela forma como vem sendo processada, na vida cotidiana da cidade, a construção de uma identidade étnica que se realiza no encontro da cosmovisão dos grupos originários da região andina com as premências do espaço urbano precarizado. Supomos ainda que o movimento indígena-popular boliviano em El Alto, por apresentar uma densa dinâmica de confluência de seus atores internos, e, dessa forma, processos mobilizatórios e organizativos coesionados, tem conseguido logra êxito no processamento de parte substantiva de suas demandas.

## Bibliografía

- CAMACHO, O. V. 2009. *Caminhar olhando para trás*. In: Le Monde Brasil, ano 2, no. 21.
- FLORES, J.; HERBAS, I.; HUANCA, F. 2007. *Mujeres e Movimientos Sociales en El Alto*. La Paz: PIEB/UPEA.
- LACLAU, E. 2000. *Nuevas Reflexiones sobre la Revolución de Nuestro Tiempo*. 2 ed. Buenos Aires: Nueva Visión.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. 2004. *Hegemonia y Estrategia Socialista*. Buenos Aires: FCE.
- LINERA, A. G. (coord.). 2008a. *Sociología de los Movimientos Sociales em Bolívia*. 3 ed. La Paz: Plural.
- LINERA, A. G. 2008b. *Indianismo e Marxismo: o desencontro de duas razões revolucionárias*. In: Cadernos da América Latina, Le Monde Brasil.
- MIRZA, A. 2006. *Movimientos Sociales y Sistemas Políticos en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.
- MAMANI RAMIREZ, P. 2003. *El Rugir de la Multitud: levantamiento de la ciudad aymara de El Alto y caída de gobierno de Sánchez de Losada*. *Revista OSAL*, Buenos Aires, n. 12, p.18-26.
- SPINELLI JR, V. 2006. *De Redes e Campos: configurações movimentalistas em saúde*. (Mestrado em Sociologia) – PPGS-UFPB.